

Artigo recebido em:
18.06.2019
Aprovado em:
10.03.2020

Rafael Grohmann

Professor do Programa
de Pós-Graduação em
Comunicação da Uni-
versidade do Vale do Rio
dos Sinos (Unisinos).
Doutor em Ciências da
Comunicação pela Uni-
versidade de São Paulo
(USP).

E-mail: rafael-ng@uol.
com.br

A dança dialética do trabalho em uma cooperativa de jornalistas: o caso do *Tiempo Argentino*¹

Rafael Grohmann

Resumo

O artigo apresenta resultados de investigação no jornal *Tiempo Argentino*, de Buenos Aires, a partir de entrevistas realizadas em janeiro de 2018, com o objetivo de analisar potencialidades e limites da organização coletiva de trabalho, especialmente “resistências cooperativas”, em contexto de hegemonia da individualização das situações de trabalho. Para tanto, o texto busca contextualizar teoricamente a questão das cooperativas e suas contradições e mapear cooperativas de jornalistas, especialmente, na Argentina. Fundado em 2010, o *Tiempo Argentino* é gerido por seus trabalhadores desde 2016, em caso de “empresa recuperada por trabalhadores”, com a criação da cooperativa *Por Más Tiempo*, a iniciativa na área com o maior número de trabalhadores no país.

Palavras-chave: Cooperativas. Trabalho. Jornalistas.

Dialectical dance of work in a cooperative of journalists: the case of *Tiempo Argentino*

Abstract

This article presents results of research in Argentinean newspaper *Tiempo Argentino*, based on interviews conducted in January 2018, with the aim of analyzing the potentialities and limits of collective work organization, especially "cooperative resistance", in the context of hegemony of the individualization of work situations. Thus, the article contextualizes the issue of cooperatives and their contradictions. Then, we map cooperatives of journalists, especially in Argentina. Founded in 2010, *Tiempo Argentino* is managed by its workers since 2016, in the case of "factory recovered by workers", with the creation of the cooperative *Por Más Tiempo*, the initiative in the area with the largest number of journalists in the country.

Key words: Cooperatives. Labor. Journalists.

O trabalho dos jornalistas, assim como qualquer atividade de trabalho, é marcado por uma “dança dialética”, nos termos de Huws (2014), entre criação/expressão e exploração/expropriação, mudanças e permanências, precarizações e resistências. É um desafio compreender as atividades de trabalho em sua complexidade, com conflitos e contradições. Nem tudo é só dominação/estrutura e nem só resistência/ação.

Desde o início da década de 2010, intensificaram-se pesquisas sobre o mundo do trabalho dos jornalistas no Brasil, com um forte acento na crítica à precarização do trabalho jornalístico (MICK; LIMA, 2013; FÍGARO; NONATO; GROHMANN, 2013). A partir da segunda metade da década, as investigações nessa área passaram a focar em possíveis reações à precarização, a partir de enquadramentos como “novos arranjos alternativos” (FÍGARO; NONATO, 2017) e “governança social para o jornalismo” (MICK; TAVARES, 2017), por exemplo. Isso também está presente na literatura internacional recente, como a pesquisa de Deuze e Witschge (2020) sobre *startups* jornalísticas e a noção de “jornalismo pioneiro” em Hepp (2019).

Porém, como mostram Deuze e Witschge (2020), há uma diversidade de práticas jornalísticas sob o rótulo de “alternativas” ao modelo-empresa. Em Grohmann (2019), tratamos disso como os múltiplos lugares de enunciação marcados nas iniciativas jornalísticas. Alguns desses veículos ressaltam a “inovação” e o “empreendedorismo” em linha com uma racionalidade neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2016). Além das expressões acima, podemos acrescentar “disrupção”, “criatividade”, “inspiração” (CASAQUI, 2016) e modelos de negócio. Isto é, essas expressões podem ser percebidas como braços-auxiliares da financeirização da comunicação (SODRÉ, 2014) e na justificação dos modos de aparecer do capital, com reflexos no mundo do trabalho dos jornalistas.

A partir do que Fígaro e Nonato (2017) chamam de arranjos produtivos alternativos, há outras possibilidades que buscam confrontar essa gramática do capital e criar outros mundos possíveis para o jornalismo, a partir de perspectivas que confrontem desigualdades de classe, gênero, raça e sexualidade, por exemplo. Esses arranjos estariam mais ligados aos eixos que chamamos em Grohmann, Roxo e Marques (2019) de jornalismo politicamente engajado, olhar para as periferias, democratização da comunicação e pautas político-identitárias ou educacionais.

Além destes lugares de enunciação, o guarda-chuva de “jornalismo independente” ou “jornalismo alternativo” recobre uma diversidade de organizações do trabalho, como *startups* e coletivos, com suas diferentes formas de “arranjar-se” e “desarranjar-se”: como ocorre a divisão de trabalho e a remuneração dos jornalistas, por exemplo. O presente artigo foca em um tipo específico de organização do trabalho jornalístico, as cooperativas, como parte de pesquisa financiada pelo CNPq¹ sobre cooperativas de jornalistas. Apresentamos resultados de investigação no jornal *Tiempo Argentino*, de Buenos Aires, a partir de entrevistas realizadas em janeiro de 2018. O jornal é gerido por seus trabalhadores desde 2016, em típico caso de “empresa recuperada por trabalhadores” (RUGGERI, 2011), com a criação da cooperativa *Por Más Tiempo*. A iniciativa é a cooperativa na área com o maior número de trabalhadores na América Latina.

O objetivo da pesquisa é compreender potencialidades e limites dos processos produtivos do jornal enquanto cooperativa, entendida como forma específica de organização coletiva do trabalho, com um olhar desde os trabalhadores e a “dança dialética do trabalho”. O olhar para a cooperativa decorre da perspectiva dos sujeitos-jornalistas que trabalham nela, isto é, uma visada desde o mundo do trabalho. Apesar de reconhecermos a relevância de outras abordagens, não estamos interessados aqui em discutir modelo de negócio (a organização do trabalho é mais ampla que isso), sustentabilidade do jornalismo ou mesmo as formas institucionais das propriedades de mídia (BENSON, 2017). Isso significa confrontar uma lógica de construção de modelos, de soluções e respostas-prontas e trazer à tona as contradições e as lógicas abertas desde o ponto de vista do trabalho.

¹Processo 439025/2018-4, chamada MCTIC/CNPq N. 28/2018 – Universal.

Neste contexto, consideramos simplistas as buscas por compreender se as cooperativas seriam apenas reações aos colapsos das empresas jornalísticas – como o caso do *Tiempo Argentino* ou das cooperativas gregas, como mostram Siapera e Papadopoulos (2016), ou se seriam algo sustentável a longo prazo para o jornalismo. Esse tipo de indagação tende a olhar o jornalismo como macroestrutura e, de certa forma, como algo relativamente estável, como criticam Deuze e Witschge (2020), deixando de compreender como os jornalistas sobrevivem em suas vidas cotidianas, dos mais variados modos.

Um olhar mais a partir dos trabalhadores e menos a partir das organizações pode auxiliar em outras formas de intervenção da pesquisa acadêmica nas práticas jornalísticas, menos como modelo do que “clínica do trabalho jornalístico”, em constante conversa entre pesquisadores e sujeitos-jornalistas (como tem sido o nosso diálogo com os jornalistas do *Tiempo Argentino* desde o início de 2018). Essa perspectiva também auxiliaria a compreender o jornalismo como uma área mais mestiça do que a pureza por vezes reivindicada quer fazer crer (DEUZE; WITSCHGE, 2020).

Isso passa por reconhecer o papel da pesquisa acadêmica e o lugar do sujeito-pesquisador tanto na compreensão quanto na atuação – lados da mesma moeda para Vieira Pinto (1979) – da vida prática dos trabalhadores, menos como um pesquisador que vai “analisar os objetos” do que dialogar e construir mundos com os sujeitos, neste caso, com perspectivas de pensar possibilidades de construção de formas alternativas de organização do trabalho jornalístico, com suas potências e limitações. Não existe, como afirma Vieira Pinto (1979), ciência “inofensiva” ou “inocente”, “porque só seria tal aquela que não servisse para nada, o que seria a negação da sua essência. O conhecimento é sempre uma arma do homem na luta contra forças adversas, físicas ou sociais” (VIEIRA PINTO, 1979, p. 373). Esse posicionamento não impede, contudo, de reconhecer as contradições e os limites da organização do trabalho.

A partir dessas reflexões de fundo, o artigo: a) contextualiza teoricamente a questão das cooperativas e suas contradições; b) mapeia a situação de cooperativas de jornalistas pelo mundo, marcando o cenário argentino; c) descreve a história e a estrutura do jornal *Tiempo Argentino* a partir dos relatos dos trabalhadores; d) analisa enunciados dos jornalistas em relação aos processos produtivos e à organização do trabalho no jornal a partir dos tipos-ideais enunciados por De Peuter e Dyer-Witford (2010).

Cooperativas e suas contradições

Conforme textos anteriores (GROHMANN, 2018; 2019), tratamos as cooperativas de trabalhadores como uma forma específica de organização do trabalho, que se pretende coletiva, autogestionada e democrática no que se refere aos processos produtivos. Historicamente, as cooperativas têm sido alvo de debate – inclusive por parte de autores clássicos como Marx (2012) e Luxemburgo (2015) – se teriam uma potência revolucionária, se seriam reformistas ou, no limite, ajustadas ao modo de produção capitalista. Entre o enfrentamento e o ajustamento ao capital, é preciso reconhecer a natureza contraditória das cooperativas que, como afirma Sandoval (2017), não vem de agora.

Ao reconhecer as cooperativas como contraditórias, tratamos de compreendê-las em uma chave dialética, a partir de seus conflitos e embates, transformações e reproduções em relação a processos produtivos e ao modo de produção capitalista. Afinal, as iniciativas cooperativas não se encontram à parte de um mundo movido à lógica hegemônica da flexibilização, em cenário de precarização estrutural do trabalho (ANTUNES, 2018). Ao contrário, como ressalta Sandoval (2018, p. 126), “trabalhar em uma cooperativa não garante necessariamente uma fuga da precariedade, do estresse, do excesso de trabalho e dos baixos salários”.

Por um lado, portanto, não é possível romantizar ou mistificar as forças emancipatórias e de resistência das cooperativas, conforme a crítica de Wellen (2012) à economia solidária. Em um mundo do trabalho infestado de racionalidade neoliberal, todas as instituições – da universidade à indústria automotiva, passando pelo jornalismo – são reestruturadas a partir desta lógica (BROWN, 2016; DARDOT; LAVAL, 2016), de

maneira que, mesmo os que querem se contrapor a ela, precisam jogar as regras do jogo. Conforme Sandoval (2018, p. 123), as cooperativas “ainda precisam depender de mercados e clientes que possam usar seu poder de mercado para colocar uma pressão sobre as taxas de juros”. Isso significa a impossibilidade de uma transformação absoluta, mesmo em iniciativas que se pretendam alternativas ou contra hegemônicas, inclusive no jornalismo.

Por outro lado, podemos reconhecer nas cooperativas possibilidades de fissuras, frestas ou brechas em relação a essa racionalidade neoliberal. Como um possível enfrentamento ao realismo capitalista (FISHER, 2011), as cooperativas podem ser encaradas como políticas prefigurativas, nos termos de Yates (2015), no sentido de experiências ou laboratórios de formas organizacionais e imaginação, produção e circulação de significados políticos. Trata-se de algo semelhante ao que Wright (2010) chama de “utopias reais”, compreendidas não enquanto fantasias, mas como o reconhecimento de tensões entre sonhos por transformação social e a vida prática cotidiana. Segundo o autor, é preciso pensar perspectivas plausíveis de alternativas radicais rumo a uma mudança social que seja emancipatória: “as condições políticas para ajustes progressistas nos arranjos sociais podem depender de maneira significativa da presença de visões mais radicais de possíveis transformações” (WRIGHT, 2010, p. 8). Isso se coloca, portanto, como uma possibilidade concreta de enfrentar a precarização a partir da perspectiva cooperativista (Sandoval, 2017), buscando espalhar essa forma organizacional a outros lugares.

Por um lado, concebemos então as cooperativas como possibilidades de políticas prefigurativas e de fazer circular o comum, nos termos de Dardot e Laval (2017), como possíveis fissuras à racionalidade neoliberal, mesmo com “as limitações do nosso conhecimento científico das possibilidades reais de transcender o capitalismo” (WRIGHT, 2010, p. 108). Compreendê-las na esfera dos possíveis escapa, por um lado, de uma visão normativa que poderia pensar em “cooperativas perfeitas” e, por outro, de uma perspectiva relativista que não vislumbresse outros mundos possíveis.

A partir dessa mistura, é possível fazer crítica a prescrições de cooperativas que se alinham à racionalidade empreendedora, como o relatório *Cooperatives UK* para a área de mídia e comunicação (BOYLE, 2015), que ressalta aspectos de vantagens empresariais, modelos de negócio e inovação, ou cooperativas “de fachada” ou “empresariais” que visam “dilapidar ainda mais as condições de remuneração dos trabalhadores, solapando os seus direitos e aumentando os níveis de exploração da sua força de trabalho” (ANTUNES, 2018, p. 76).

Neste sentido, Dardot e Laval (2017) colocam que um dos modos possíveis de resistência à racionalidade é a “resistência cooperativa”. Se, por um lado, a cooperação é inerente à atividade humana de trabalho, no sentido que “trabalhar é sempre engajar-se num agir comum de dimensões morais, culturais e, muitas vezes, estéticas” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 514), por outro, há a captura dessa cooperação sob o domínio do capital, com “cooperação forçada” e simulacros de gestão participativa e democrática. Falar em resistência cooperativa é, pois, “trazer novamente para o cerne da luta política a questão da organização do trabalho é a única resposta que pode ser dada às estratégias políticas da gestão neoliberal” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 518), olhando para a governança democrática.

Mesmo assim, não se trata de naturalizar essa “resistência cooperativa” ou essencializar o que seria o comum, mas de compreendê-la em chave dialética onde se entrecruzam a circulação do capital e a circulação do comum (DARDOT; LAVAL, 2017; DE PEUTER; DYER-WITHEFORD, 2010), com tensões e disputas. O olhar para a organização do trabalho deixa entrever essa “circulação das lutas” (DYER-WITHEFORD, 1999), com disputas envolvendo visões de mundo, processos comunicacionais, modos de produzir e, no caso do objeto empírico deste artigo, fazer jornalismo.

A partir desta visão das cooperativas como possibilidades de projetos prefigurativos, também concebida por Sandoval (2017) considerando a propriedade coletiva e a governança democrática, utilizamos como parâmetros para a presente

pesquisa os tipos-ideais elencados por De Peuter e Dyer-Witthoford (2010) em relação às cooperativas: a) trabalho associado; b) democracia no local de trabalho; c) redistribuição da mais-valia; d) cooperação entre cooperativas.

²Disponível em: <https://apublica.org/mapa-do-jornalismo/>. Acesso em 27 jul. 2018.

³Inclusive sua substituição por políticas de microempresariamento individual, deixando a economia solidária em segundo plano (Rizek, 2016).

Como todo esse contexto afeta, de alguma maneira, o mundo do trabalho dos jornalistas? Por um lado, o trabalho dos jornalistas não é deslocado da situação “macro” do mundo do trabalho, e pode ser considerado, em alguma medida, o que chamamos anteriormente como “sintoma da lógica dos conglomerados” (GROHMANN, 2013). Por outro, os parâmetros cooperativistas podem ter incidências particulares nos jornalistas, desde o produto produzido até a emergência desse tipo de experiências, que somente a pesquisa empírica – cuja dimensão mais ampla envolve outras cooperativas de jornalistas – poderá dizer.

Cooperativas de jornalistas

Segundo Siapera e Papadopoulou (2016, p. 192), as cooperativas de jornalistas “reformulam o jornalismo como um processo social de construção e manutenção de relacionamentos, sendo organicamente ligadas com a sociedade”. E não são algo novo. No Brasil, um marco foi o jornal *Coojournal*, que funcionou durante a ditadura militar, especificamente de 1974 a 1983, ou seja, justamente no período de emergência da redemocratização no país. Nesta época, conforme Kucinski (2003), chegaram a aparecer outras experiências cooperativas, como *Paraná Repórter*, *Copjournal*, de Londrina, *Jornacop*, de Santos, *Comcisa*, de Salvador, e *Coojor-nat*, de Natal, chegando a ocorrer nesta época um encontro nacional de cooperativas de jornalistas.

No presente momento, identificamos três cooperativas no país, fundadas desde a segunda metade da década de 2000, a saber: a) Cooperativa dos Jornalistas e Gráficos do Estado de Alagoas (JorGraf), de Maceió, que edita o jornal *Tribuna Independente*, e nascida em 2007; b) Cooperativa Comunicacional Sul, de Florianópolis, que edita o *Portal Desacato*, desde 2011; c) Cooperativa de Jornalistas de Pernambuco, formalizada em maio de 2019, mas ainda sem produções.

Diante de tantas iniciativas jornalísticas que se consideram alternativas/independentes no país, como evidencia o próprio “Mapa de Jornalismo Independente”², da Agência Pública, questionamos os motivos de haver poucas cooperativas de jornalistas no país frente a outras formas de organização de trabalho, como coletivos, por exemplo. Uma das hipóteses é a própria configuração do campo jornalístico no país, no que se refere à história da imprensa alternativa, marcada por uma heterogeneidade de posições políticas. Tudo isso relacionado a uma falta de tradição cooperativista na área, levando ao seu desconhecimento pelos profissionais, conforme Kucinski (2003). Outras hipóteses referem-se a obstáculos legais (GONÇALVES, 2015) e a própria configuração da economia solidária e do cooperativismo no país, inclusive enquanto política de Estado³.

No Norte Global, algumas cooperativas de jornalistas são *Die Tageszeitung*, na Alemanha, que existe desde 1979, *Vancouver Media Co-op*, iniciativa de jornalismo local no Canadá, *NewScoop YYC* e *Positive News*, iniciativas de “cooperativismo de plataforma” (SCHOLZ, 2017; GROHMANN, 2018) respectivamente no Canadá e na Inglaterra. Na Itália, há a cooperativa de plataforma *Doc Servizi*, que reúne profissionais de comunicação e artes, inclusive jornalistas (sendo que até o fim de 2019 havia um braço próprio, o *Doc Press*). Na Grécia, há quatro iniciativas, *Efimerida Syntakton* – EFSYN, *Altherthess*, *The Cricket* e *Flash FM*, estudadas por Siapera e Papadopoulou (2016). No universo ibérico, a Espanha possui 11 iniciativas, entre elas *Critic*, *La Marea* e *Malarassa*. A maioria dos veículos fica na região da Catalunha. Em Portugal, há o *Divergente*, iniciativa jornalística pertencente à cooperativa *Bagabaga Studios*.

Na América Latina, além do Brasil, as cooperativas de jornalistas se localizam no Uruguai (*La Diaria* e *Brecha*), no Chile (*Rádio Cooperativa*), em El Salvador (*Diario Co Latino*), no México (*La Coperacha*) e na Argentina, com, no mínimo, 27 iniciativas, a maioria nos distritos de Buenos Aires, Rosário e Córdoba.

Conforme mostramos em Grohmann (2019), em relação ao cenário argentino, a cooperativa *lavaca*, que edita a revista *MU*, foi uma das pioneiras lançada no auge da crise econômica de 2001, no contexto das lutas anti-*copyright*. Outros pioneiros são o *Comercio y Justicia*, de Córdoba, e *El Diario de la Región*, no Chaco argentino. Há também, desde 2009, a *Federación Asociativa de Diarios y Comunicadores Cooperativos de la Republica Argentina* (FADICCRA), que conta com 24 associados, dentre eles a *Cítrica*, formada por pessoas que trabalhavam no jornal *Crítica*, fechado em 2010.

Em 2016 e 2017, segundo Ruggeri (2018), o setor da economia cooperativa que mais cresceu na Argentina foi o de comunicação, com cinco iniciativas criadas⁴. Dentre elas, o *Infonews*, primeiro portal de internet recuperado por trabalhadores, e o *Tiempo Argentino*, objeto do presente artigo. Podemos constatar, a partir de Ruggeri (2011) e Henriques (2014), como a emergência de cooperativas no país, principalmente no setor de serviços e em frações da classe média, se deu em momentos de crise econômica no país a partir de políticas neoliberais na virada do século e no governo de Mauricio Macri (2015-2019). Muitas dessas iniciativas emergiram devido a processos de “empresas recuperadas por trabalhadores” (HENRIQUES, 2014), que se trata de uma “prática desenvolvida por trabalhadores que, na iminência de ficarem desempregados, negociam ou lutam pelo acesso aos meios de produção de empresas falimentares” (HENRIQUES, 2014, p. 18). Este é também o caso do jornal *Tiempo Argentino*.

Em suma, não há um padrão único nas cooperativas de jornalistas, seja de idade – embora a maioria tenha sido fundada na década de 2010 – ou perfil de confrontação em relação ao realismo capitalista. Há ainda iniciativas nativas digitais – ou cooperativas de plataforma – e outras que são empresas recuperadas, de maneira que não é possível unificar um só perfil de cooperativa. Enquanto projetos prefigurativos, elas são experiências e laboratórios do mundo do trabalho dos jornalistas, entre possibilidades e limites.

Tiempo Argentino

O *Tiempo Argentino* é a cooperativa com o maior número de jornalistas na América Latina (em 2020, 80 jornalistas; à época da pesquisa empírica, em 2018, 105 profissionais) e pode ser considerada uma experiência significativa dentre as cooperativas dos jornalistas também por sua história. A presente pesquisa tem por base entrevistas que realizamos com 12 trabalhadores do *Tiempo Argentino* na redação do jornal em Buenos Aires, entre os dias cinco e nove de janeiro de 2018, com o intuito de compreender as possibilidades e os limites da organização do trabalho como cooperativa desde o ponto de vista dos trabalhadores. As entrevistas foram realizadas na própria redação, em momentos de descanso dos jornalistas em meio à rotina de trabalho. A entrada no campo foi facilitada pelo contato com o jornalista Federico Amigo, secretário geral da cooperativa, desde o Festival 3i – Jornalismo Inovador, Inspirador e Independente no Rio de Janeiro, em 2017.

A partir de um roteiro semiestruturado, as entrevistas⁵ versaram principalmente sobre processos produtivos e organização do trabalho em uma cooperativa de jornalistas. A seleção dos entrevistados obedeceu ao seguinte critério: metade é formada por jornalistas que também possuem funções administrativas na cooperativa, e a outra metade por jornalistas de diferentes funções jornalísticas, mas sem obrigações na organização da cooperativa, de acordo com a disponibilidade de tempo dos trabalhadores nos dias da pesquisa. Nesta seção, descrevemos um panorama histórico e da estrutura do jornal.

Fundado em 2010, o jornal *Tiempo Argentino* era ligado ao grupo *Veintitrés*, dos empresários Sergio Szpolski e Matías Garfunkel, que possuía nove veículos. O grupo era muito ligado ao kirchnerismo, sendo um dos maiores beneficiários no setor de mídia no país entre 2009 e 2015⁶, com impactos na política editorial dos veículos, considerados “oficialistas”. Com o fim do governo de Cristina Kirchner e a eleição de Mauricio Macri para a presidência, em dezembro de 2015, os trabalhadores do grupo deixaram de receber seus salários e houve demissões em massa.

⁴Entre 2010 e 2013, foi criada somente uma cooperativa na área (RUGGERI, 2018).

⁵A identificação dos entrevistados foi autorizada pelos trabalhadores.

⁶Os dados podem ser conferidos aqui: < <http://www.perfil.com/noticias/politica/Grupo-23-de-Szpolski-y-Garfunkel-el-fin-de-la-era-K-con-deudas-y-despididos-20160115-0033.phtml>> . Acesso em 28 jul. 2018.

Após o desaparecimento dos donos, a *Rádio América* foi a primeira do grupo a se organizar coletivamente e decretou greve. Devido aos conflitos envolvendo os salários, duas edições de janeiro de 2016 não foram para as bancas. Em fevereiro, o *Tiempo Argentino* deixou de ser impresso e seus trabalhadores ocuparam a redação, já procurando se organizar coletivamente. Foi produzida uma edição especial no dia 24 de março daquele ano – feriado pela memória dos mortos e desaparecidos na ditadura militar. Então, os próprios trabalhadores foram à *Plaza de Mayo* vender o jornal e interagir com o público a fim de saber acerca do interesse no veículo. Todos os 30 mil exemplares impressos foram vendidos.

⁷Vídeo com cenas da assembleia de votação dos cargos, na conformação do jornal como cooperativa, em 2016: https://www.youtube.com/watch?v=-VdYrgKgY_4. Acesso em 28 jul. 2018.

⁸Em 2018, os membros eram: Javier Borelli (presidente), Federico Amigo (secretário geral), Malena Winer (tesoureira), Germán Alemmani (organização social do trabalho), Julián Martínez, Guido Molinari e Natalia Florio (departamento comercial). De todos, apenas Natalia não foi entrevistada, pois estava de férias no período da pesquisa.

Após uma série de assembleias, dos cerca de 200 jornalistas do veículo, 105 decidiram formar a cooperativa, *Por Más Tiempo*, que passou por um período de formação (que durou cerca de dois meses), com interações com cooperativas e redes de cooperativas de diferentes setores. O nome da cooperativa deve-se à ânsia na busca pelo sustento dos jornalistas e pelo fortalecimento da cooperativa enquanto organização coletiva de trabalho, no sentido mesmo da “dança dialética do trabalho” (HUWS, 2014) enunciada neste o início deste artigo. O jornal voltou a ser publicado exatamente um mês depois da edição especial como um semanário impresso, e com um site atualizado diariamente. O slogan do veículo é “donos de nossas palavras”, evidenciando o seu caráter autogestionário.

Em uma madrugada de julho de 2016, a redação foi alvo de ataques, com a destruição física do local e a expulsão de trabalhadores que lá estavam. Um empresário que afirmava ter comprado o *Tiempo Argentino* foi acusado de ser o mandante do ataque. Então, a redação se mudou para outro local. Em 2018, segundo os jornalistas durante a pesquisa, cerca de 75% da renda do jornal vinha do dinheiro recebido com assinaturas. Os trabalhadores começam a buscar diversificar a origem dos recursos, como fundações, mas desde que não represente um peso significativo na cooperativa.

Do ponto de vista da estrutura organizacional, há a eleição anual dos postos administrativos em assembleia⁷, a saber: presidente, secretário, tesoureiro, organização social do trabalho e departamento comercial⁸. A organização social do trabalho é algo similar ao que nas empresas capitalistas é chamado de “recursos humanos”, mas que sinaliza, a partir do próprio termo, a visão acerca de trabalho da própria cooperativa. Há duas estruturas organizacionais: a jornalística e a administrativa, sendo que o escritório da administração fica no prédio ao lado da redação. A maioria dos trabalhadores divide as funções na organização da cooperativa com funções jornalísticas. O presidente Javier Borelli, por exemplo, também é subeditor de Geral no jornal; o secretário Federico Amigo é da seção de Esportes.

A maioria dos jornalistas do *Tiempo* está em uma faixa etária entre 30 e 40 anos. Não se trata, pois, de uma redação em processo de juvenilização, mas de trabalhadores que, via de regra, estão no jornal há mais de cinco anos e possuem um vínculo, inclusive afetivo, com ele – no sentido dado por Dardot e Laval (2017) às atividades de trabalho – até mesmo pelos conflitos ocorridos na transição para a cooperativa. Em alguma medida, é uma pista para pensar motivos da “resistência cooperativa”, deste engajar-se comum e coletivo. Por um lado, há o engajamento afetivo no trabalho jornalístico e na cooperativa, também como sinônimo de engajamento político. Por outro, são jornalistas que não se viam ocupando espaços em outras empresas jornalísticas, seja por perfil profissional ou pela questão etária.

Em geral, os jornalistas possuem outras atividades de trabalho remuneradas, seja em outros veículos ou até mesmo como taxista ou vendedor de frutas secas, em algo semelhante a experiências brasileiras de “viração” (RIZEK, 2006). No auge do conflito com os antigos donos, a maioria se encontrava em situação econômica de emergência. Como parte desses dilemas e conflitos está também a questão dos pagamentos. Não há salários, mas saques, parcelas nos resultados econômicos das cooperativas a partir do que é o saldo anual distribuível. Após o pagamento das despesas obrigatórias, todo o dinheiro é revertido para e dividido entre os jornalistas ou armazenado em um fundo. Os trabalhadores relatarem receber menos dinheiro mensalmente do que antes da formação da cooperativa.

Um dos intensos debates envolve a horizontalização e a democratização do processo de divisão do dinheiro recebido pela cooperativa. Quanto à carga horária de trabalho, há jornalistas com oito e outros com 30 horas semanais. O máximo de horas trabalhadas por dia é seis. No início, todos sacavam a mesma quantia. Após assembleias, chegaram à conclusão que, a depender do envolvimento semanal nas atividades de trabalho da cooperativa, haveria limitações desse trabalhador conseguir outros empregos. Então, decidiram reconhecer responsabilidades em termos econômicos, chamadas de “hierarquias”. Contudo, como reconhecer essas hierarquias, mas manter o espírito de “resistência cooperativa”? Então, foi definido que entre uma hierarquia e outra, não poderia haver mais de 10% de diferença no que tange ao valor recebido.

Este dilema exemplifica alguns desafios e contradições da organização coletiva do trabalho em uma cooperativa a partir das assembleias enquanto local de decisão comum. Na formação da *Por Más Tiempo*, as assembleias eram diárias, depois passando por reuniões segmentadas por temas e criação de comissão específicas. Há dois tipos de assembleias: a) àquelas sobre práticas de trabalho e obrigação relacionadas ao Instituto Nacional de Associativismo e Economia Social (INAES), que rege o cooperativismo na Argentina; b) reuniões mensais ordinárias, geralmente antes do pagamento dos *retiros*, sobre o balanço do mês. Além disso, há assembleias específicas, por exemplo, relacionadas à falência da antiga empresa e questões jurídicas. Dilemas como esses também estão expressos marcadamente nos discursos dos jornalistas entrevistados.

“Não há príncipes e princesas!”

A análise das entrevistas com os jornalistas tem por base os parâmetros ideais-típicos enunciados por De Peuter e Dyer-Witthof (2010). Como pano de fundo, adotamos a abordagem de Angenot (2015) acerca do “discurso social”, que permite compreender hegemonias discursivas, dissidências e rupturas inscritas nos enunciados, isto é, conflitos e lutas por sentido, sem idealizar resistências, mas com possibilidades de fissuras e brechas. Um exemplo é dado em enunciado de Malena⁹, tesoureira: “se alguém deixa um testemunho das realidades, com suas contradições e conflitos, é o melhor caminho. Se você contar como um conto de fadas, as pessoas ficarão frustradas. Não há príncipes e princesas!”. Os trabalhadores reconhecem os avanços nas lutas coletivas (“nós lutamos muito” – Germán), mas também as contradições e os conflitos internos relacionados à cooperativa: “tornar-se uma cooperativa não era um caminho procurado, de forma alguma” (Guido), “é uma opção de seguir” (Malena).

Em relação ao trabalho associado, os jornalistas afirmam que, enquanto a estrutura administrativa tem sido uma aprendizagem no sentido cooperativo, a estrutura jornalística – da redação – permaneceu inalterada: “primeiro precisamos fortalecer a outra área. Porque ia ser demais. Não estávamos em condições de debater e reformular todo um sistema de trabalho” (Germán). Isso é sentido pelos trabalhadores sem funções na cooperativa: “eu continuo fazendo jornalismo, apenas. Essencialmente, enquanto o ofício não mudou, sigo fazendo tarefas jornalísticas. Talvez uma das únicas coisas é podemos negociar um pouco melhor os horários” (Martí). O que mais foi modificado, nesse sentido, foi a linha editorial, menos alinhada ao kirchnerismo e, segundo os próprios trabalhadores, mais à esquerda.

A grande questão de uma cooperativa de mídia passa por esse lugar: que tipo de jornalismo fazemos, que linha temos e como se faz para manter um funcionamento jornalístico que é, tradicionalmente, vertical, mas que não seja da mesma forma. Não podemos discutir em assembleia toda semana qual vai ser a capa do jornal (Federico, janeiro de 2018).

Mesmo assim, Germán afirma que, na maioria das vezes, discussões acaloradas nas assembleias advêm de questões editoriais.

A autogestão em relação aos processos editoriais, como “donos das próprias palavras” (conforme o slogan da cooperativa), apresenta um impacto nas práticas

⁹*Optamos por somente colocar os primeiros nomes dos entrevistados: Federico, Fernando, German, Guido, Javier, Jorge, Julia, Julián Malena, Martí, Martín e Nahuel.*

jornalísticas em relação à maior discussão das pautas e as possibilidades de os próprios trabalhadores construírem a linha editorial do jornal. Contudo, as dinâmicas editoriais não são totalmente afetadas pela forma organizacional da cooperativa, pois a hierarquia das funções jornalísticas é muito semelhante às empresas jornalísticas tradicionais.

Essa verticalidade ainda presente na estrutura jornalística, então, é uma contradição a ser enfrentada: “a autogestão também tem que deixar para trás muitas formas profundamente enraizadas na cultura, que são as formas hierárquicas de trabalho. Isso faz falta (Jorge); “o jornalismo é, historicamente, muito de cima para baixo: há um editor, um subeditor” (Malena). Nesse sentido, os trabalhadores afirmam que um dos desafios nos marcos da cooperativa é o de não estratificar e burocratizar, justamente por causa da memória do trabalho remunerado tradicional: “que o cooperativismo seja mais do que uma tábua de salvação em um mar agitado” (Germán).

Do ponto de vista jornalístico, o trabalho associado é traduzido em uma forma de jornalismo que não é considerada nem alternativa nem independente, mas autogestionária – uma maneira de se posicionar frente aos distintos lugares de enunciação do trabalho jornalístico:

o alternativo é usado muitas vezes para falar de uma presença marginal e relacionado a formas precárias de organização. E você tem que jogar e disputar onde as grandes ligas jogam. Desde que começamos a cooperativa, sabia que íamos fazer um produto de qualidade, que é agradável esteticamente, que está nas bancas assim como Clarín e La Nación. Nós vamos disputar lá (Javier).

Para Javier, o trabalho no *Tiempo* deve ser visto até mais do que um trabalho, “porque você toma as decisões sobre o que faz” (Javier). Mas o discurso do atual presidente da cooperativa, em alguns momentos, se relaciona ao da produtividade de uma organização em contexto de racionalidade capitalista: “não nos interessam o que vem duas horas por semana. Pois, como vamos realizar toda a produção? É preferível uma pessoa que venha dez horas do que cinco que venham duas”.

Em geral, os trabalhadores negam a ideologia do empreendedorismo e afirmam que a luta do *Tiempo* passa por outra perspectiva de mundo, o que não os exime de viver as amarguras do modo de produção vigente (DARDOT; LAVAL, 2016): “estamos em um contexto neoliberal, onde a flexibilização do trabalho nos persegue, onde é difícil lutar nesse sentido” (Germán); “às vezes é difícil tirarmos um cartão no banco porque eles pedem um recibo salarial” (Malena). Para Julia, o profissionalismo é o que pode tentar fazer reduzir a precarização – isto é, aciona a chave do “jornalismo profissional” frente às dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores: “mas tudo depende que a renda da cooperativa seja sólida o suficiente. Não estamos longe, mas ainda não são os salários praticados no mercado” (Julia). O que está em jogo, pois, é a gestão da sobrevivência dos próprios jornalistas.

A democracia no local de trabalho é pontuada pelas discussões coletivas recorrentes nas assembleias e a possibilidade de uma organização coletiva é reconhecida como difícil e lugar de conflitos: “outro desafio está em ir além dos interesses individuais. Eu acredito que isso ainda está em processo de construção” (Germán). Os enunciados de Malena e Julián revelam as dificuldades da organização coletiva do trabalho e, ao mesmo tempo, as possibilidades prefigurativas de circular o comum: “para mim, é muita emoção. Toda a minha vida laboral mudou, mas sinto o trabalho muito mais criativo porque o projeto é nosso. São pequenas ideias de construção. Não temos essa vocação coletiva, não temos essa vocação cooperativa” (Malena); “a palavra cooperativa é uma barreira do dialético: entender que com um ou cem pares você pode construir algo que já deveria ter vindo construído e ser mais um artífice dessa construção” (Julián).

Contudo, há evidências, nas entrevistas, de um engajamento desigual na organização coletiva do trabalho, inclusive em relação às frequências nas assembleias por parte de quem não tem funções na cooperativa: “eu estou em poucas assembleias. Às vezes, fico um pouco, ouço e saio. Perdi de votar uma porção de coisas. Mas as

assembleias são positivas” (Fernando). Isto é, não existe um mesmo senso de pertencimento à cooperativa por parte dos trabalhadores de forma igual. É um exemplo das dificuldades da construção de uma organização coletiva do trabalho.

Em outro sentido, essa construção coletiva passa também pela cooperação entre cooperativas, tanto com iniciativas de outros setores – como têxtil e gráfica – quanto com veículos jornalísticos como *MU*, e cooperativas espanholas: “aqui na Argentina, quase todo mundo tem alguém próximo que trabalha em uma cooperativa” (Federico). De alguma forma, portanto, a memória e o acúmulo de práticas auxiliam na organização do trabalho em uma cooperativa de jornalistas. É dessa relação com outras cooperativas que os jornalistas do *Tiempo* estão se organizando para construir uma rede de iniciativas jornalísticas autogestionárias na América Latina, trazendo as experiências prefigurativas das cooperativas para a ordem da difusão de práticas e perspectivas (YATES, 2015).

O que os enunciados dos jornalistas do *Tiempo Argentino* nos mostram é o reconhecimento deles como sujeitos-trabalhadores em construção – nas experiências e laboratórios da prefiguração – do que exatamente um modelo pronto, normativo ou idealizado de trabalho em cooperativas de jornalistas. Diante de tudo isso, o que os trabalhadores do *Tiempo* clamam é *Por Más Tiempo*, em consonância com as pesquisas de Wajcman (2017) sobre as relações entre tempo e trabalho: “todos temos outros trabalhos. Isso nos consome muito tempo. Talvez, em algum momento, teremos mais tempo. Mas não encontrei isso nem aqui nem em qualquer outro lugar” (Jorge).

Considerações finais

Dentre as possibilidades de arranjos produtivos alternativos ao trabalho jornalístico, a cooperativa é apenas uma das formas organizacionais, mas com possibilidades de enfrentamento ao realismo capitalista, mesmo com suas contradições, trazendo contribuições tanto à pesquisa em jornalismo quanto aos jornalistas-trabalhadores, como possibilidade de sobrevivência na profissão.

Considerar as cooperativas como projetos prefigurativos é acentuar o caráter de brechas e fissuras em relação à racionalidade neoliberal, com experiências e laboratórios em busca de novos significados políticos. Dentre as cooperativas de jornalistas atualmente existentes, trata-se de lutas por circulação dos sentidos tanto sobre cooperativas quanto jornalismo, desde o consentimento de uma ideologia empreendedora até busca por utopias reais.

Os enunciados dos jornalistas do *Tiempo Argentino* revelam essa busca por outra organização do trabalho que propicie aos jornalistas melhores condições de trabalho e possibilite práticas autônomas de comunicação, no sentido de Brophy, Cohen e De Peuter (2015). Desde a busca por serem donos das próprias palavras e do tempo até a cooperação entre cooperativas e a luta por uma organização que seja uma construção coletiva evidenciam, tanto no discurso quanto na forma organizacional, como a circulação do comum e as resistências cooperativas não podem ser idealizadas, mas compreendidas em suas disputas e contradições, que teimam em apenas se deslocar (HARVEY, 2016).

Entre a vontade e as lutas por transformações na organização do trabalho e na sociedade e as contradições de viver isso em um mundo marcado pela racionalidade neoliberal, a dança dialética do trabalho no *Tiempo Argentino* acontece. Sem príncipes ou princesas. Bailemos...

Referências

ANGENOT, Marc. **O Discurso Social e as Retóricas da Incompreensão**. São Carlos: Ed. UFSCAR, 2015.

ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BENSON, Rodney. Formas institucionais de propriedade de mídia e seus modos de poder. **Parágrafo**. V. 5, n. 2, 2017.

BOYLE, Dave. **Good news: a co-operation solution to media crisis**. Report Co-Operatives UK, 2015.

BROPHY, Enda; COHEN, Nicole S.; DE PEUTER, Greig. Labour Messaging: practices of autonomous communication. In: MAXWELL, Richard (org.). **The Routledge Companion to Labor and Media**. New York: Routledge, 2015, p. 315-326.

BROWN, Wendy. **El Pueblo Sin Atributos**. Barcelona: Malpaso, 2016.

CASAQUI, Vander. A Inspiração como Forma Comunicacional do Capitalismo Cool. **Anais do Intercom**. São Paulo/SP: ECA-USP, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum**. São Paulo: Boitempo, 2017.

DE PEUTER, Greig; DYER-WITHEFORD, Nick. Commons and Cooperatives. **Af-finities**. V. 4, N. 1, 2010, p. 30-56.

DEUZE, Mark; WITSCHGE, Tamara. **Beyond Journalism**. Nova Jersey, 2020.

DYER-WITHEFORD, Nick. **Cyber-Marx**. Chicago: University of Illinois Press, 1999.

FÍGARO, Roseli; NONATO, Cláudia. Novos “Arranjos Econômicos” Alternativos para a Produção Jornalística. **Contemporânea**. V. 15, N. 1, 2017.

FÍGARO, Roseli; NONATO, Cláudia; GROHMANN, Rafael. As Mudanças no Mundo do Trabalho do Jornalista. São Paulo: Atlas, 2013.

FISHER, M. **Capitalist Realism**. Winchester: Zero Books, 2011

GONÇALVES, Eloisa. **A Regulamentação das Cooperativas de Trabalho**. Dissertação (Mestrado – Direitos Humanos e Democracia). Curitiba: UFPR, 2015.

GROHMANN, Rafael. O trabalho dos jornalistas como sintoma da lógica dos conglomerados. **Alterjor**. V. 2, n. 8, 2013.

GROHMANN, Rafael. Cooperativismo de plataforma e suas contradições: análise de iniciativas da área de comunicação no Platform.Coop. **Liinc em Revista**. V. 14, n. 1, 2018.

GROHMANN, Rafael. Cooperativas de comunicadores: possibilidades, contradições e cenário argentino. **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. V. 42, n. 3, 2019.

GROHMANN, Rafael; ROXO, Michelle; MARQUES, Ana Flávia. Lugares de enunciação e disputas de sentido em relação ao trabalho jornalístico em arranjos alternativos às corporações de mídia. **Brazilian Journalism Research**. V. 15, n. 1, 2019.

HARVEY, David. **17 Contradições e o Fim do Capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HEPP, Andreas. **Deep Mediatization**. London: Polity, 2019.

HENRIQUES, Flávio Chedid. **Autogestão em Empresas Recuperadas por Trabalhadores**. Florianópolis: Insular, 2014.

HUWS, Ursula. **Labor in the Global Digital Economy**. New York: Monthly Review Press, 2014.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários**. São Paulo: Edusp, 2003.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou Revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, Karl. **Crítica do Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MICK, Jacques; LIMA, Samuel. **Perfil do Jornalista Brasileiro**. Florianópolis: Insular, 2013.

MICK, Jacques; TAVARES, Luísa. A Governança do Jornalismo e Alternativas para a Crise. **Brazilian Journalism Research**. V. 13, N. 2, 2017.

RIZEK, Cibele. Viração e Trabalho: algumas reflexões sobre dados de pesquisa. *Revista Estudos de Sociologia*. V. 11, n. 21, 2006.

RIZEK, Cibele. Faces do lulismo: políticas de cultura e cotidiano na periferia de São Paulo. *In: SINGER, André. LOUREIRO, Isabel (org.). As Contradições do Lulismo*. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 185-218.

RUGGERI, Andrés. Reflexiones sobre la Autogestión en las Empresas Recuperadas Argentinas. **Estudios**. N. 1, 2011.

RUGGERI, Andrés. **Las empresas recuperadas a dos años de gobierno de Mauricio Macri**. Autogestión. 2018.

SANDOVAL, Marisol. Enfrentando a Precariedade com Cooperação: cooperativas de trabalhadores no setor cultural. **Parágrafo**. V. 5, n. 1, 2017.

SANDOVAL, Marisol. From passionate labour to compassionate work: cultural co-ops, do what you love and social change. **European Journal of Cultural Studies**, 2018.

SCHOLZ, Trebor. **Cooperativismo de Plataforma**. São Paulo: Rosa Luxemburgo, 2017.

SIAPER, Eugenia; PAPADOPOULOU, Lambrini. Entrepreneurialism or Cooperativism? An exploration of cooperative journalistic enterprises. **Journalism Practice**. V. 10, n. 2, 2016.

SODRÉ, Muniz. **A Ciência do Comum**. Petrópolis: Vozes, 2014.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **Ciência e Existência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

YATES, Luke. Rethinking prefiguration: alternatives, micropolitics and goals in social movements. **Social Movement Studies**. V. 14, n. 1, 2015.

WAJCMAN, Judy. **Esclavos del tiempo**: vidas aceleradas en la era del capitalismo digital. Barcelona: Paidós, 2017.

WELLEN, Henrique. **Para a Crítica da “Economia Solidária”**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

WRIGHT, Erik Olin. **Envisioning Real Utopias**. New York: Penso, 2010.